

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-04-01

Deposited version:

Post-print

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Almeida, M. A. P. de (2015). Mulheres na política portuguesa. In Eduarda Ferreira, Isabel Ventura, Luísa Rego, Manuela Tavares, Maria Antónia Pires de Almeida (Ed.), *Percursos feministas: desafiar os tempos*. (pp. 164-174). Lisboa: Universidade Feminista/UMAR.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Almeida, M. A. P. de (2015). Mulheres na política portuguesa. In Eduarda Ferreira, Isabel Ventura, Luísa Rego, Manuela Tavares, Maria Antónia Pires de Almeida (Ed.), *Percursos feministas: desafiar os tempos*. (pp. 164-174). Lisboa: Universidade Feminista/UMAR.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Título: Mulheres na política portuguesa

Autora: Maria Antónia Pires de Almeida, PhD, Investigadora do CIES, ISCTE, IUL, mafpa@iscte.pt.

Resumo:

A revolução de 25 de abril de 1974 alterou a participação das mulheres na política portuguesa. A partir de uma perspetiva histórica, este artigo oferece uma resenha da legislação e uma avaliação sociológica da classe política portuguesa com o objetivo de abordar a questão do género. Apesar do regime democrático estar quase a atingir as quatro décadas de existência, a realidade é que ainda se verifica uma sub-representação das mulheres nos cargos de representação política em Portugal. Em todos os níveis de governo avaliados as mulheres têm níveis mais altos de escolaridade e profissões com maior grau de especialização, especialmente nas áreas do ensino e da gestão. Os partidos mais à esquerda apresentam maior equidade de género.

Palavras-chave: política portuguesa, mulheres, transição, democracia, participação.

Texto:

A revolução de 25 de abril de 1974 e a transição para a Democracia alteraram a participação das mulheres na política portuguesa, assim como o seu acesso aos cargos de representação. A partir de uma perspetiva histórica, este artigo oferece uma resenha da legislação e uma avaliação sociológica da classe política portuguesa com o objetivo de abordar a questão do género nesta temática. O regime democrático está em vigor desde a aprovação da Constituição da República em 1976 e das primeiras eleições legislativas realizadas em 25 de abril de 1976. Apesar das suas quase quatro décadas de existência, a realidade é que ainda se verifica uma sub-representação das mulheres nos cargos de representação política em Portugal, tanto eleitos como nomeados, o que se inscreve no tema mais vasto do acesso deste género a todos os aspetos da vida social, económica e cultural. Contudo, em todos os níveis de governo avaliados as mulheres têm níveis mais altos de habilitações académicas e apresentam classificações profissionais com maior grau de especialização, especialmente nas áreas do ensino e da

gestão. Sem surpresa, são os partidos mais à esquerda que apresentam maior equidade de género.

A questão inicial desta investigação foi a seguinte: será que o regime democrático aumentou a participação política das mulheres em Portugal, influenciando o acesso a cargos eletivos? Para responder a esta questão, resume-se aqui a participação das mulheres nos cargos políticos portugueses ao longo do século XX e aferem-se as consequências da transição da para a democracia.

Um pouco de História:

A presença das mulheres na política aumentou a nível mundial ao longo do século XX e está bem documentada. Em Portugal a primeira mulher a votar chamava-se Carolina Beatriz Ângelo. Era uma médica, viúva e mãe que em 1911 invocou a sua qualidade de chefe de família para votar nas eleições para a Assembleia Constituinte. Na falta de leis específicas sobre o género, e dado que não lhe foi reconhecido o direito à inscrição como eleitora, recorreu aos tribunais, tendo-lhe sido concedido o direito de voto pelo Juiz João Baptista de Castro, pai da escritora Ana de Castro Osório. Foi a primeira mulher europeia a votar, um direito que exerceu nas primeiras eleições do regime republicano, em 28 de maio de 1911. Como consequência, a nova lei eleitoral de 13 de julho de 1913 negou explicitamente o direito de voto às mulheres, ainda que chefes de família, atribuindo o voto exclusivamente a cidadãos do sexo masculino. Ainda antes da instituição do Estado Novo, com a Constituição de 1933, foi emitida a primeira lei que concedeu o direito de voto às mulheres, mas limitado às chefes de família ou detentoras de diplomas de ensino secundário ou superior. O Decreto nº 19.894, de 05/05/1931 previu, pela primeira vez, expressamente, o voto das mulheres nas eleições dos vogais das juntas de freguesia e do poder legislativo, quando chefes de família; porém, enquanto para os eleitores do sexo masculino bastava saberem ler, escrever e contar, para as mulheres era necessário comprovar por diploma os cursos secundário ou superior; dois meses depois, o Decreto nº 20.073, 15/07/1931 alargou o voto das mulheres às cidadãs emancipadas e previu a possibilidade destas exercerem funções públicas nos respetivos concelhos, na qualidade de vereadoras. Em 1945 o voto das mulheres foi alargado às eleições para o Presidente da República e para a Assembleia Nacional: o Decreto-Lei nº 35.426, 31/12/1945 definiu como eleitores os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores ou emancipados, que soubessem ler e

escrever português, ou, caso não o soubessem, que pagassem ao Estado impostos não inferiores a 100\$00; e os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, com as seguintes habilitações mínimas: curso geral dos liceus, curso do magistério primário, cursos das escolas de belas artes, cursos dos conservatórios, cursos dos institutos industriais e comerciais.

Nestas circunstâncias, entre 1934 e 1973 apenas 14 mulheres estiveram representadas na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa, muitas delas com cargos dirigentes na Mocidade Portuguesa e na Obra das Mães pela Educação Nacional e no Instituto Maternal, e apenas uma exerceu o cargo de Subsecretária de Estado da Assistência, Maria Teresa Lobo em 1971 (Vargas, 2000: 43-44, Cruz, Pinto, 2004-2005). Ana Vargas fez uma investigação sobre este tema no resto do mundo: a Nova Zelândia foi o primeiro país a dar o direito de voto e de ser eleitas às mulheres, em 1893, seguida da Austrália em 1902. Na Europa o primeiro país foi a Finlândia, já na década de 1930. Espanha foi em 1931, França em 1944 e, logo nas primeiras eleições de 1945 foram eleitas 33 mulheres neste país, representando 5,5% (Vargas, 2000: 58-59).

Com a transição para a democracia em Portugal, a lei eleitoral estabeleceu pela primeira vez a igualdade total dos géneros (Decreto-Lei nº 621-A/74, de 15/11/1974), assim como várias outras leis abriram caminho para a igualdade dos direitos cívicos, sociais e políticos. As comissões administrativas das câmaras municipais foram os primeiros órgãos políticos a terem mulheres como presidentes em 1974, em simultâneo com a nomeação da primeira mulher a exercer o cargo de secretária de Estado da Segurança Social do Primeiro Governo Provisório, em 16 de maio de 1974, e logo a seguir ministra dos Assuntos Sociais nos segundo e terceiro Governos Provisórios entre julho de 1974 e março de 1975: Maria de Lourdes Pintasilgo, que também foi a primeira e única mulher a exercer o cargo de Primeiro-Ministro, em 1979. A partir das primeiras eleições em 1976, um número crescente de mulheres começou a ser eleito tanto para a Assembleia da República, como para as Câmaras Municipais, e depois para o Parlamento Europeu, assim como algumas foram nomeadas para cargos de governo (Almeida, 2009).

No entanto, apesar de não existir formalmente qualquer discriminação entre homens e mulheres, “o que não impede que, por razões culturais, económicas e sociais de facto se verifiquem” (*Caracterização dos Eleitos...*, 1986: 227), verifica-se ainda em Portugal, como na maioria dos países, uma “sub-representação feminina nos órgãos de

poder político” (Viegas, Faria, 1999a, 1999b), que se explica pela existência de uma discriminação encoberta contra as candidatas dentro dos próprios partidos e pela falta de tempo, energia e redes de socialização política disponíveis para as mulheres: “the existence of (covert) discrimination against women-office-seekers, lack of time, energy and networks for women often taking up domestic tasks and a political socialisation stressing a gender based division of (political) labour help to understand why ‘politics remains a man’s game’” (Steyvers, Reynaert, 2006: 46).

Mulheres no Governo:

Em 1979, pela primeira vez e única até agora, uma mulher foi nomeada Primeiro-Ministro num governo que durou 5 meses: Maria de Lurdes Pintassilgo, uma engenheira química que já fora deputada da Câmara Corporativa e que tinha sido ministra dos Assuntos Sociais do terceiro governo provisório de Vasco Gonçalves. A sua carreira posterior incluiu cargos como embaixadora da UNESCO, conselheira do Presidente Ramalho Eanes e deputada ao Parlamento Europeu pelo Partido Socialista em 1986. A primeira mulher ministra foi convidada para o governo de Cavaco Silva em 1985. Em resumo, a participação de mulheres em governos entre 1976 e 1995 limitou-se a seis Ministras, 33 Secretárias de Estado e quatro Subsecretárias de Estado, o que representa 5,8% do total dos membros dos governos deste período.

Governadoras civis:

O cargo de governador civil também se manteve um exclusivo masculino até 1980, ano em que foi nomeada a primeira governadora civil, mais precisamente no distrito de Évora. Até 1994 foram nomeadas mais três mulheres para este cargo, o que, para um total de 114 governadores civis nomeados entre 1974 e 1994 representa 3,5% (França, 1994). Em Lisboa foi nomeada a primeira vice-governadora civil em 1974, o que confirma a conclusão de “as mulheres têm mais facilidade em ocupar posições secundárias do que posições primordiais” (Viegas, Faria, 1999b: 51).

Deputadas:

Houve 19 mulheres eleitas para a Assembleia Constituinte de 1975, constituindo 7,7% do total dos deputados. Nas primeiras eleições legislativas, realizadas em 25 de abril de 1976, foram eleitas 13 deputadas à Assembleia da República, o que representou apenas 4,9% do total nesse ano. Entre 1979 e 1991 foram eleitas uma média de 18 deputadas em cada legislatura: 7,25%. Em 1995 o panorama alterou-se, com a eleição de 32 mulheres, 13,9%; em 1999 já foram eleitas 40, representando 17,3% dos deputados; em 2002 foram 44, 19,2%, e em 2005 o número chegou aos 62: 27%. Nestes anos, o Partido Comunista teve sempre a maior percentagem de mulheres eleitas, seguido do Partido Socialista. A entrada do Bloco de Esquerda no Parlamento veio alterar esta situação, já que este partido inseriu nos seus estatutos a obrigatoriedade dos 50% da representação de género.

Quadro I: Assembleia da República em 2005

2005	Total dos Deputados	Mulheres	%
PS	121	47	38,84
PSD	75	7	9,33
CDS	12	1	8,33
PCP/PEV	14	3	21,43
BE	8	4	50,00
Totals	230	62	27,00

Tal como no governo, os deputados portugueses reflectem uma evolução das elites políticas portuguesas no sentido de habilitações cada vez mais altas e técnicas. Verificam-se variações entre os partidos. Por exemplo, em 1975, 80% dos deputados do Partido Comunista Português tinha apenas o ensino secundário e os partidos de direita apresentavam as mais altas percentagens de licenciados. Actualmente os partidos apresentam perfis dos seus eleitos que são muito semelhantes. As principais profissões estão ligadas ao Direito, seguidos de gestores e professores. No que diz respeito à idade, os deputados das primeiras legislaturas eram muito mais novos do que os do final dos anos 90, estando a verificar-se actualmente uma renovação.

Presidentes de Câmara:

Com a transição para a democracia verificou-se uma completa descontinuidade das elites políticas locais (Almeida, 2013). Tradicionalmente os presidentes das câmaras eram proprietários rurais, especialmente no Sul, ou pessoas ligadas a profissões de prestígio local, com habilitações superiores numa grande maioria dos casos, destacando-se os engenheiros, oficiais do exército, médicos e professores. No regime democrático, o grupo dos proprietários rurais foi completamente afastado do cargo de presidente da câmara, uma vez que os critérios de recrutamento foram alterados, com o cargo a passar de nominativo para electivo.

No que diz respeito às habilitações, apesar de um período transitório no qual se verificou a nomeação de pessoas com habilitações muito mais baixas para as comissões administrativas que geriram as câmaras até às primeiras eleições de 1976, e depois alguns foram eleitos, actualmente verifica-se uma recomposição do grupo no sentido dum maior nível de escolaridade, tal como na sociedade portuguesa em geral.

Foi nas comissões administrativas nomeadas entre 1974 e 1976 que pela primeira vez houve mulheres a ocupar o cargo de presidente de um município. Apesar de algumas câmaras já terem incluído mulheres no seu corpo de vereadores, como por exemplo a Ponte de Sor entre 1957 e 1961 ou Loulé em 1973 (Dr^a Jovita Sousa Maia de Carvalho na Ponte de Sor, *Livros de Actas*, Arquivo da Câmara Municipal da Ponte de Sor e Dr^a Isilda Maria Renda Pires Martins em Loulé; esta possibilidade já existia desde o referido Decreto nº 20.073, 15/07/1931), e em 22 de maio de 1973 ter sido nomeada a primeira mulher vice-presidente de câmara no concelho de Gouveia, distrito da Guarda (Maria de Lurdes Fernandes de Almeida, Licenciada em Direito, *Diário do Governo II^a série*, nº 123, 25/05/1973), durante o período do Estado Novo não houve uma única mulher a exercer o cargo de presidente da câmara. Havia, contudo, mulheres como chefes de secretaria e tesoureiras nas câmaras municipais, portanto trabalhos administrativos.

As primeiras mulheres nomeadas presidentes de comissões administrativas foram: na Arruda dos Vinhos, distrito de Lisboa, Aldina Ester Ribeiro da Silva Graça, licenciada em Direito, notária, e em Oleiros, distrito de Castelo Branco, Maria Guiomar Romão, doméstica (Portarias de 08/07/1974, *DG II*, nº 178, 01/08/1974, e de 14/09/1974, *DG II*, nº 233, 07/10/1974). No total foram nomeadas nove mulheres, o que corresponde a 1,9% do universo considerado. Entre os 227 vice-presidentes nomeados

para as comissões administrativas, seis eram mulheres, o que corresponde a 2,6%. De um total de 2547 membros destas comissões, incluindo vogais, apenas foram nomeadas 92 mulheres, ou 3,6%.

Depois de meio século de presidentes de câmara nomeados pelo Ministro do Interior, por proposta do governador civil do distrito, as primeiras eleições autárquicas realizaram-se em 12 de dezembro de 1976. Os presidentes das câmaras passaram a ser eleitos, depois de propostos pelos partidos políticos. Os critérios de elegibilidade incluem a relação direta com os eleitores, o passado profissional e social e as características demográficas e sociológicas da região em causa. Salienta-se também o trabalho social realizado, em vez do capital possuído, que era de facto critério de nomeação do regime anterior.

Houve 1170 presidentes de câmara em Portugal entre 1976 e 2005 e apenas 37 mulheres, ou 2,8% do total dos eleitos nesse período. Analisando as habilitações dos presidentes de câmara neste período, verifica-se que 44% tinham uma licenciatura e 9% uma habilitação técnica. Quando às categorias profissionais dos presidentes de câmara neste período, salientam-se os profissionais liberais com 26,2%, os professores com 18,1% e os funcionários públicos com 11,4%. As 37 mulheres presidentes de câmara apresentam maiores percentagens de profissões liberais especializadas, com licenciatura, maioritariamente professoras e economistas.

Quadro II: Presidentes das Câmaras 1976 – 2005

Datas das eleições	Mulheres eleitas	%	Homens eleitos	%	Total
1976	5	1,6	299	98,4	304
1979	4	1,3	301	98,7	305
1982	6	2	299	98	305
1985	4	1,3	301	98,7	305
1989	7	2,3	298	97,7	305
1993	5	1,6	300	98,4	305
1997	12	3,9	293	96,1	305
2001	16	5,2	292	94,8	308
2005	19	6,2	289	93,8	308
Totais	78		2672		2750
Médias	8,7	2,8	296,9	97,2	100

As mulheres presidentes das comissões administrativas tinham estudos superiores em 55,5% dos casos, enquanto os homens os tinham em apenas 49,2%; somando os vogais, as mulheres apresentavam habilitações superiores em 64,13% dos casos, enquanto os homens em apenas 25,1%. Durante o período eleitoral, entre 1976 e 2005, 58% das mulheres tinham habilitações superiores, enquanto os homens tinham apenas 43%. No que diz respeito aos grupos profissionais, as mulheres presidentes das comissões administrativas apresentam uma maioria de 55,5% de professoras e especialistas das profissões intelectuais e científicas: três professoras do ensino secundário e duas licenciadas em Direito (uma conservadora do registo civil e uma notária), enquanto os homens destes grupos representam apenas 45,3%. Ao longo do período eleitoral as mulheres aumentaram esta percentagem para 59%, enquanto os homens desceram para 44%. Estes dados confirmam que as “mulheres eleitas apresentam nível sócio-profissional superior à média dos eleitos” (Organização das mulheres comunistas, 2003: 73). Quanto à distribuição geográfica das mulheres na presidência das câmaras: salientam-se os distritos do litoral com 71% e os valores mais altos nos distritos de Lisboa, Setúbal e Aveiro, o que coincide com as taxas de atividade feminina por região (Viegas, Faria, 1999b).

Quadro III: Mulheres presidentes de câmara, distribuição por distrito, 1976-2005

Distribuição, por distrito, das mulheres presidentes de câmara, 1976-2005:	Nº	%
Angra do Heroísmo	1	3,2
Aveiro	4	12,9
Castelo Branco	2	6,5
Coimbra	2	6,5
Évora	2	6,5
Faro	1	3,2
Guarda	1	3,2
Leiria	1	3,2
Lisboa	4	12,9
Ponta Delgada	1	3,2
Portalegre	2	6,5
Porto	2	6,5
Santarém	2	6,5
Setúbal	5	16,1
Viana do Castelo	1	3,2
Total	31	100

Este grupo apresenta uma média de idades na tomada de posse de 44,3 anos, mais alta que a média total de 43,4, o que nos permite afirmar que as mulheres são em geral eleitas com mais idade do que os homens. O tempo médio de duração dos seus mandatos é de 7,3 anos (pouco abaixo da média geral de 8,4) e são maioritariamente naturais de outros concelhos: 50% são de outros distritos, 22,7% são do mesmo distrito, mas de outro concelho e apenas 27,3% são naturais do mesmo concelho onde foram eleitas (contra os 64,4% do total). A residência é que é também no próprio concelho em 90% dos casos e mais 7% no mesmo distrito. As opções partidárias das mulheres eleitas repartem-se por 38,7% do PSD, 29% do PS e 29% do PCP e suas coligações. Apesar do PSD ser o partido que reúne a maior parte das mulheres eleitas, são os partidos mais à esquerda do espectro político que detém a maioria: somando o PS com o PCP e suas coligações, obtemos um total de 58%, o que aplica a Portugal as conclusões de Ronald Inglehart e Pippa Norris, quando afirmam que, na maioria das nações no presente, as mulheres têm valores mais à esquerda e também votam mais à esquerda (Inglehart, Norris, 2003: 99). Mas não confirmam, a nível local, a afirmação de José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria de que “em termos partidários, o PCP e as coligações eleitorais por ele integradas são a força política que mais tem investido no género feminino” (Viegas, Faria, 1999b: 65).

Quadro IV: Mulheres presidentes de câmara, distribuição por partidos políticos, 1976-2005

Grupo profissional / Partido Político	CDS / PPM	PCP	PS	PSD
Bancários		1		
Domésticas	1			
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas		4	2	3
Funcionários Públicos		1	1	3
Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços e Vendedores		1		
Professores			5	4
Quadros Superiores e Dirigentes da Administração Pública e Empresas				2
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio		2	1	
Total	1	9	9	12

Acrescento que as mulheres não se destacam pela positiva nos seus comportamentos enquanto representantes das populações nos cargos que ocupam. No poder local as autarcas acabam por ter os mesmos comportamentos dos homens nos mesmos cargos, incluindo nos casos de baixa transparência e mesmo de corrupção.

Deputadas europeias:

Para completar o retrato da representação política das mulheres, podemos ver as percentagens das deputadas portuguesas eleitas ao Parlamento Europeu.

Quadro V: Percentagem das mulheres portuguesas eleitas deputadas europeias, 1987 – 2004

Datas das eleições	%
1987	4,2
1989	12,5
1994	8
1999	18,5
2004	25

Algumas conclusões:

Em comparação com o panorama internacional, os números aqui apresentados colocam Portugal na média da representação das mulheres. Ronald Inglehart e Pippa Norris contabilizaram as mulheres como líderes políticos e apresentaram os seguintes valores referentes a 2002: 4,7% de mulheres eleitas chefes de estado ou de governo e 10% membros de governos. Porém, em relação aos países europeus, Portugal encontra-se em baixo na lista, por exemplo, da participação das mulheres nos parlamentos: em 2002 a Suécia tinha 42,7% de deputadas, a Espanha 28,3% e Portugal 19,2%, como vimos; França encontrava-se num lugar mais baixo com 10,9% (Vargas, 2000: 62). Como fatores explicativos da crescente participação das mulheres nos cargos de poder político, os autores referem que as múltiplas barreiras estruturais, institucionais e culturais, têm vindo a desaparecer, como resultado da modernização, sobretudo entre as gerações mais novas das sociedades pós-industriais (Inglehart, Norris, 2003: 127-129).

Perante um universo tão reduzido, a caracterização do grupo das mulheres presidentes de câmara torna-se necessariamente limitada e quase personalizada. De qualquer modo, podemos adiantar que os níveis de escolaridade apurados nos revelam habilitações mais altas para as mulheres do que para os homens, o que se enquadra na realidade demográfica portuguesa. Por exemplo, no que diz respeito à evolução da taxa de feminização da população discente e docente no ensino superior, em 1990/1991 as mulheres matriculadas no ensino superior já eram 55,5%; as mulheres que concluíram o ensino superior eram 65,7% e as mulheres professoras 37,1% (Viegas, Faria, 1999b: 40).

Nos governos verifica-se uma tendência para escolher mulheres com doutoramentos e especializações nas áreas para as quais são nomeadas. Aparentemente o seu recrutamento incide sobre as suas qualidades técnicas, mais do que as carreiras políticas prévias.

A transição de regime introduziu sem dúvida as mulheres nos vários níveis de governo, se bem que até agora ainda não tenha havido mulheres eleitas para o cargo de Presidente da República, como no Brasil e noutros países. No trabalho existe formalmente igualdade de sexos, se bem que, de facto, as mulheres ainda sejam uma minoria nos lugares de topo das carreiras de gestão. Pode afirmar-se que a participação das mulheres na vida política, económica e social beneficiou com o processo de democratização. De qualquer modo, ainda há um longo caminho para a verdadeira igualdade de género em Portugal.

Bibliografia:

Almeida, Maria Antónia Pires de (2003), “As elites municipais e a revolução: Portalegre 1941-1997”, in António Costa Pinto e André Freire (orgs.), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta Editora, pp. 9-42.

Almeida, Maria Antónia Pires de (2006), *A revolução no Alentejo: Memória e trauma da reforma agrária em Avis*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Almeida, Maria Antónia Pires de (2007), “Memory and trauma of the Portuguese Agrarian Reform: a case study”, *Portuguese Journal of Social Science*, 6 (2), pp. 63-76.

Almeida, Maria Antónia Pires de (2008a), “Independents and Citizen’s Groups in Portuguese Municipalities”, Reiser, M. and Holtmann, E. (eds.), *Farewell to the Party Model? Independent Local Lists in East and West European Countries*, vol. 11, Wiesbaden, VS Verlag für Sozialwissenschaften, pp. 233-251.

Almeida, Maria Antónia Pires de (2008b), “Party politics in Portugal: municipalities and central government”, *European Societies*, vol. 10, nº 3, Ed. Routledge, Taylor & Francis Group, pp. 357-378.

Almeida, Maria Antónia Pires de (2008c), “Fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal no século XX”, *Análise Social*, vol. XLIII (188), pp. 627-645.

Almeida, Maria Antónia Pires de (2009), “Women in Portuguese politics», *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 8, n. 2, pp. 177-189.

Almeida, Maria Antónia Pires de (2010a), *Memórias Alentejanas do Século XX*, Cascais, Princípia.

Almeida, Maria Antónia Pires de (2010b), “Partidos e Independentes nos vários níveis de governo: Portugal no contexto Europeu”, André Freire, Isabel Estrada Carvalhais, José Leite Viegas, José Palmeira (orgs.), “Cidadãos, Parlamentos e Representação Política. Perspectivas Transdisciplinares”, *Perspectivas – Portuguese Journal of Political Science and International Relations*, nº 5, Lisboa e Braga, pp. 123-145.

Almeida, Maria Antónia Pires de (2013), *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de Câmara e Governadores Civis, 1936-2012*, e.book, Lisboa.

Almeida, Maria Antónia Pires de (2014), *Dicionário biográfico do poder local em Portugal, 1936-2013*, e.book, Lisboa.

Almeida, Pedro Tavares de; António Costa Pinto; Nancy Bermeo (eds.) (2003), *Who Governs Southern Europe? Regime Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000*, London, Frank Cass.

Barros, Joana de (1999), “As mulheres e a participação política”, in José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria, *As mulheres na política*, Lisboa, INCM.

Borchert, Jens (2003), “Professional Politicians: Towards a Comparative Perspective”, in Jens Borchert and Jürgen Zeiss (eds.), *The political class in advanced democracies*, Oxford, Oxford University Press.

- Bourdieu, Pierre (1998), *La domination masculine*, Paris, Seuil.
- Bukowski, Jeanie, Simona Piattoni, Marc Smyrl (eds.) (2003), *Between Europeanization and Local Societies. The Space for Territorial Governance*, Lanham, Rowman & Littlefield.
- Canas, Vitalino (1999), “Maior participação política das mulheres: auto-imposição partidária ou lei?”, in José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria, *As mulheres na política*, Lisboa, INCM.
- Caracterização dos Eleitos para as Autarquias Locais 1982*, Lisboa, STAPE, MAI, 1986.
- Cruz, Manuel Braga e Pinto, António Costa (eds.) (2004-2005), *Dicionário Biográfico Parlamentar*, 3 vols., Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Assembleia da República.
- Dudek, Carolyn Marie (2005), *EU Accession and Spanish Regional Development. Winners and Losers*, Bruxelles, New York, P.I.E.-Peter Lang.
- Fernandes, António Teixeira (1992), “Poder Local e Democracia”, *Sociologia*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1, vol. 2, pp. 29-59.
- França, Paula Cristina Viana (1994), *Governos Civis. Mais de um século de história*, Lisboa, Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna.
- Freire, André (ed.) (2001), *Recrutamento Parlamentar: os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*, Lisboa, STAPE/MAI.
- Freire, André e Marina Costa Lobo (2002), “The Portuguese 2002 Legislative Elections”, *West European Politics*, vol. 25, n. 4, pp. 221-228.
- Freire, André; Lobo, Marina Costa; Magalhães, Pedro (eds.) (2007), *Portugal at the Polls: in 2002*, Massachusetts, Lexington Books.
- Guérin, Elodie et Kerrouche, Eric (2006), *Les élus locaux en Europe, un statut en mutation*, Paris, La documentation française, Coll. Etudes.
- Inglehart, Ronald and Norris, Pippa (2003), *Rising Tide. Gender Equality and Cultural Change around the World*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Leston-Bandeira, Cristina (ed.) (2005), *Southern European parliaments in democracy*, London, Routledge.

Leston-Bandeira, Cristina e André Freire (2003), “Internalising the lessons of stable democracy: the Portuguese Parliament”, *The Journal of Legislative Studies*, Special issue on Southern European Parliaments in Democracy, vol. 9 (2), pp. 56-84.

Mozzicafreddo, Juan (2003), “La décentralisation administrative et les innovations en matière de politiques régionales au Portugal”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº 41, pp. 151-179.

Oliveira, César (dir.) (1996), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Organização das mulheres comunistas (2003), *As Mulheres e o Poder Local: Contribuições para a reflexão e acção*, Lisboa, Edições Avante.

Pereira, Armando (1991): “The System of Local Government in Portugal”, in Richard Batley and Gerry Stoker (eds.), *Local Government in Europe. Trends and Development*, London, Macmillan, pp. 134-145.

Pimentel, Irene Flunser, Helena Pereira de Melo (2015), *Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Clube do Autor.

Phillips, Anne (1996): “Why does Local Democracy Matter?”, in Lawrence Pratchett and David Wilson (eds.), *Local Democracy and Local Government*, Houndmills, Macmillan, pp. 20-37.

Pinto, António Costa (1998), “Dealing with the Legacy of Authoritarianism: Political Purge in Portugal’s Transition to Democracy (1974-76)”, in Stein Ugelvik Larsen (ed.) with assistance of Bernt Hagtvet, *Modern Europe after Fascism, 1943-1980s*, New York, Columbia University Press, pp. 1679-1717.

Pinto, António Costa e Almeida, Pedro Tavares (eds.) (2003), *Portuguese Ministers, 1851-1999. Social background and paths to power*, Harvard University.

Pinto, António Costa e Pedro Tavares de Almeida (2003), *Portuguese Ministers, 1851-1999. Social background and paths to power*, Harvard University.

Steyvers, Kristof, Herwig Reynaert (2006), “‘From the Few are Chosen the Few...’ On the Social Background of European Mayors”, Henry Back, Hubert Heinelt, Annick Magnier (eds.), *The European Mayor. Political Leaders in the Changing Context of Local Democracy*, Wiesbaden, VS Verlag für Sozialwissenschaften, pp. 43-73.

Vargas, Ana (2000), “Mulheres na Assembleia Nacional (1933-1974)”, *Eleições. Revista de Assuntos Eleitorais*, nº 6, nov., pp. 43-67.

Viegas, José Manuel Leite, Sérgio Faria (1999a), “Participação Política Feminina. Percursos, Constrangimentos e Incentivos”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 30, pp. 55-87.

Viegas, José Manuel Leite, Sérgio Faria (1999b), *As mulheres na política*, Lisboa, INCM.

Weber, Max (1959), *Le savant et le politique*, trad. Julien Freund, introd. Raymond Aron, Paris, Plon.